

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - BIOLOGIA E
QUÍMICA

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTRE
PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL ALMIRANTE BARROSO NA APA
DELTA DO JACUÍ, RS**

EVANI MOTA SCHELL

Porto Alegre, 2020

EVANI MOTA SCHELL

**CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENTRE
PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL ALMIRANTE BARROSO NA APA
DELTA DO JACUÍ, RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências da Natureza:
Biologia e Química.

Prof. Orientador: Dr. Cassiano
Pamplona Lisboa

Porto Alegre, 2020

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus, e aos meus pais e aos meus irmãos por serem a inspiração de estar sempre buscando vitórias na vida.

Ao meu esposo Ricardo que sempre me apoia e me dá suporte em todos os momentos; às filhas Gabriela e Daniela pelo o amor, pelo incentivo de estar comigo nessa constante luta e mostrar que aprender independe da idade.

Ao meu orientador incansável, paciente, Prof. Dr. Cassiano Pamplona Lisboa, que com excelência aceitou o desafio e enriqueceu o meu saber mostrando os caminhos para um bom aprendizado.

Aos professores do curso de licenciatura em ciências da natureza, do IFRS-Campus Porto Alegre pelos ensinamentos.

Às professoras que compõem a banca - Profa. Dra. Aline Ferraz da Silva, Profa. Esp. Cíntia Decker e Prof. Dra. Michelle Camara Pizzato – que aceitaram com alegria avaliar o trabalho, pelo incentivo e por serem um exemplo de profissional a ser seguido.

Aos amigos que juntos buscam e apoiam cada conquista.

Aos professores e direção da escola Almirante Barroso que contribuíram e dispuseram tempo para a participação nesta pesquisa.

E a todos aqueles que de uma forma ou de outra auxiliaram, motivaram e torceram pelo sucesso dessa caminhada.

RESUMO

A Educação Ambiental (EA), segundo Isabel Cristina de Moura Carvalho, pode ser entendida como a formação de um sujeito capaz de ler seu ambiente e de interpretar as relações de conflitos e os problemas presentes por meio de um diagnóstico crítico das questões ambientais, bem como da auto compreensão do lugar que ocupa nessas relações. Idealizada nos anos 1960 e 1970, a EA se transforma progressivamente em uma proposta educativa forte, no sentido de dialogar com o campo educacional, com suas tradições teóricas e saberes, tornando-se política pública no Brasil a partir dos anos 1980. Contemporaneamente, a EA deve perpassar transversalmente o currículo, integrando todas as áreas do conhecimento para a construção de uma perspectiva interdisciplinar que favoreça a compreensão das questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente. Considerando, portanto, sua história e sua importância no contexto educacional nacional, este TCC teve como objetivo conhecer e descrever as concepções e práticas de educação ambiental de docentes da Escola Estadual Almirante Barroso localizada na APA Delta do Jacuí, onde atuo há mais de 12 anos como agente educacional. Para a consecução dos objetivos propostos, primeiramente se realizou uma pesquisa documental sobre o histórico de emergência do campo ambiental, bem como sobre o marco legal da EA no Brasil. Num segundo momento, realizou-se entrevistas semiestruturadas junto a 8 docentes da escola, selecionados conforme suas disposições para participarem da pesquisa. Para a classificação das concepções de educação ambiental foram utilizadas as categorias propostas por Lilian Alves Schmitt: EA naturalista conservadora, EA normativa e EA crítica reflexiva. Entre os resultados da pesquisa, destaca-se que os professores consideram a EA importante e que deve ser abordada dentro da sala de aula; eles acreditam, além disso, que por estarem em um ambiente de preservação natural, os alunos já têm este olhar mais atento às questões ambientais. Por outro lado, a maneira como os discentes falam sobre as problemáticas ambientais dentro da sua comunidade evidencia a distância em que ainda têm a percorrer para o seu enfrentamento. A falta de tempo e dedicação de professores para fazerem com que esses projetos ou essas abordagens de temáticas pontuais possam ser ampliados e melhor articulados foi outro problema apontado pelos professores entrevistados. Por fim, no que se refere às concepções de EA, percebeu-se que nas falas dos professores se misturam as três concepções de EA, ainda que predominem elementos característicos da corrente de EA normativa.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Concepções de Educação Ambiental; Educação Ambiental Crítica.

LISTA DE SIGLAS

APA – Área de Proteção Ambiental

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

DCNEA – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

EA – Educação Ambiental

ONGs – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PC – Projeto de Curso

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPP – Projeto Político Pedagógico

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
OBJETIVOS.....	8
Objetivo geral.....	8
Objetivos específicos.....	8
MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	8
METODOLOGIA.....	10
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
Emergência e consolidação da educação ambiental.....	13
Estruturação e marco legal da educação ambiental.....	15
Política Nacional de Educação Ambiental.....	16
Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.....	18
CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EA ENTRE PROFESSORES DA ESCOLA ALMIRANTE BARROSO.....	21
Concepções de EA.....	22
Importância da EA.....	24
Objetivos da EA.....	26
Motivações para o desenvolvimento das ações de EA.....	26
Abordagens, metodologias e temas correlatos.....	27
Limites, potencialidades e repercussões.....	29
A comunidade, a escola e a Educação Ambiental.....	30
Contribuições na formação do sujeito ecológico.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	36
APÊNDICES.....	38
Apêndice 1.....	39
Apêndice 2.....	41

INTRODUÇÃO:

A Educação Ambiental (EA), segundo Carvalho (2011), pode ser entendida como uma formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica. Nesse sentido, essa ideia enfatiza a formação da capacidade de ler e interpretar o mundo complexo e em constante mudança, compartilhando saberes. Estamos sempre fazendo releituras do ambiente ao qual pertencemos e isso nos faz perceber novas paisagens, ou seja, o sujeito, ao entrar em contato com esta estrutura, começa a perceber e dar sentido ao lugar produzindo novos significados. Desta forma, construímos percepções, releituras e interpretações dos meios nos quais estamos inseridos, transformando a natureza em cultura.

Em outras palavras, a autora fala que a educação ambiental acontece como parte de um processo da ação humana de transformar a natureza em cultura, reordenando o espaço a partir de sentidos e significados produzidos pelos indivíduos de acordo com a experiência obtida através de suas trajetórias. Nas palavras da autora:

Assim inscrevemos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando a natureza em cultura. Essa relação dinâmica de mútua transformação entre humanos e natureza organiza-se como um círculo vicioso que nunca se fecha, no sentido de estar aberto para novos desdobramentos desse encontro, produzindo continuamente ambientes de vida e de cultura. (CARVALHO, 2011, p.76)

Cabe, ainda, observar que a estudiosa procura fazer uma análise do percurso da Educação Ambiental projetada na segunda metade do século XX. Dentro desse contexto panorâmico, a qualidade da vida humana e das gerações futuras são preocupações consolidadas pelos movimentos ecológicos. A educação ambiental surgiu, então, a partir da preocupação da sociedade com a qualidade de vida das futuras gerações. Para os movimentos sociais, a palavra ecologia, desde então, já não é a mesma ecologia dos biólogos. A ecologia à qual se referem está associada a projetos políticos e a valores sociais de convivência harmônica com a natureza, à crítica de valores da sociedade de consumo e ao industrialismo. As discussões ambientais tornaram-se mais acirradas nesse período. O movimento ecológico, articulou-se em torno de um novo estilo de vida e de um ideal ecológico que passam

por uma reconstrução de consciência, de costumes e de práticas em benefício coletivo, ambiental e socialmente mais justas (CARVALHO, 2011).

O projeto político pedagógico para uma EA crítica é um desses benefícios coletivos e, portanto, poderia ser descrito como a formação de um sujeito capaz de ler seu ambiente e de interpretar as relações de conflitos e os problemas presentes por meio de um diagnóstico crítico das questões ambientais e da auto compreensão do lugar ocupado pelo sujeito nessas relações. Esses elementos, conforme a autora, são os pontos de partida para o exercício de uma cidadania ambiental.

Com esse olhar para a EA, nos tornarmos mais sensíveis e capacitados ao conhecimento do ponto de vista ambiental. O educador, neste caso, é um dos principais intérprete das relações entre a sociedade e o ambiente. Ele é um tradutor dos mundos e está sempre envolvido na tarefa reflexiva de provocar e despertar outras leituras da vida, novas versões e ações sobre o mundo em que vivemos. Portanto, nesse sentido, sempre haverá uma reformulação da nossa maneira de ver o mundo e interpretá-lo.

Ainda, de acordo com o pensamento de Carvalho (2011), cabe a todos descortinar a sua realidade e contribuir para a construção de um mundo mais consciente onde a EA seja praticada entre os mesmos e a comunidade em que se vive. Dessa forma, podemos transformar a escola em um centro de informações e de ativa proteção dos espaços habitados. No ambiente escolar é onde podemos perceber e identificar maneiras e hábitos de culturas oriundas de uma convivência em comunidade, pois o primeiro aprendizado pode vir de concepções prévias que ao serem esclarecidas ou colocadas em evidências trazem um novo olhar a um ambiente e seu entorno. Por isso cabe aos docentes a constante e permanente preocupação com seus alunos na interação com lugar onde vivem, pois através da conscientização sobre o espaço ocupado e da interação de uns com os outros se pode ter grandes contribuições para EA.

Tendo em mente o acima exposto, o presente trabalho teve como objetivo conhecer e descrever as concepções e práticas de educação ambiental de docentes da Escola Estadual Almirante Barroso localizada na Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí, RS, local onde atuo como agente educacional há mais de doze anos, e refletir acerca do seu papel, à luz do referencial teórico de uma EA crítica e do

marco legal da EA no Brasil, como se encontra mais bem detalhado na sequência do texto.

OBJETIVOS

Objetivo geral:

Conhecer e descrever as concepções e práticas de educação ambiental de docentes da Escola Estadual Almirante Barroso localizada na APA Delta do Jacuí, RS, e refletir sobre elas à luz do referencial teórico de uma EA crítica e do marco legal da EA no Brasil.

Objetivos específicos:

- Identificar e caracterizar ações educativas ambientais desenvolvidas na Escola Estadual Almirante Barroso;
- Identificar e caracterizar as concepções dos professores acerca da educação ambiental;

MOTIVAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO:

Apesar da educação ambiental, por força de lei, dever estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, nunca a percebi claramente na Escola Estadual Almirante Barroso, onde trabalho há cerca de 12 anos como agente educacional. Localizada na Ilha da Pintada, no arquipélago do Delta do Jacuí, numa Área de Preservação Ambiental (APA)¹. Atualmente, a pesca artesanal já não é mais o meio de subsistência da ilha e a maioria da população trabalha e busca seus rendimentos no comércio e nos serviços oferecidos pela proximidade com a região metropolitana. A escola funciona como uma espécie de centro articulador para uma comunidade bastante acolhedora.

¹ Áreas de Proteção Ambiental (APA) são uma das categorias de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Conforme o Artigo 15 da Lei 9985/2000 que instituiu o SNUC, “A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Na comunidade escolar temos alunos de todas as idades, desde o ensino fundamental inicial e final e até o ensino médio. Em gestões anteriores a escola era vista pela comunidade como o centro de tudo, pois ali as pessoas também resolviam seus conflitos pessoais. Na escola temos alunos de inclusão com necessidades especiais tais como o autismo, limitações para locomoção e dificuldades cognitivas. Existem também alunos carentes que passam por necessidades financeiras, pois seus pais vivem a crise econômica e estão desempregados há bastante tempo.

O trabalho de coleta e comercialização de materiais recicláveis, muito comum em outras ilhas do Delta do Jacuí, não é frequente ou nem faz parte da realidade da comunidade da Ilha da Pintada. Talvez em função disso, o gerenciamento de resíduos dentro da escola ainda tenha muito a evoluir. Existem algumas iniciativas nas quais professores têm participado, como o recolhimento de óleo para a produção de detergente, o descarte de material como pilhas, computadores, aparelhos de televisão, entre outros, com pontos de coleta, mas elas não são sistemáticas, tampouco têm transformado os hábitos dos estudantes.

Como educadora percebo algumas dificuldades encontradas pela comunidade escolar como a questão dos problemas ambientais na separação e descarte do lixo, os alagamentos que todos os anos acontecem em um certo período, por haver também as cheias, pois no rio Jacuí acontece o encontro de outros rios como o rio Gravataí, o Rio dos Sinos e o Rio Caí. A falta de um gerenciamento adequado de resíduos é um problema visível na qualidade de vida dos moradores e a retirada de matéria prima como a areia também é um fator preocupante.

Entendo que na formação de um sujeito ecológico, como discutido por Carvalho (2011), temos a concepção de que estamos inseridos em um ambiente que está em constantes mudanças. Por outro lado, penso e pergunto como esta comunidade vê o ambiente em que vive? Qual é a contribuição de cada um como sujeito ecológico, vivendo em um lugar rico em recursos naturais? Existe preocupação em preservar estes recursos?

É dentro deste panorama que percebo o quanto é importante entender o ambiente onde se está inserido, como discente ou como docente ou como sujeito ecológico. E nesse sentido, compreender as concepções e práticas de educação ambiental entre os docentes que atuam na escola se revela fundamental. Cada

professor traz consigo seu olhar ambiental mesmo que sua disciplina não trate diretamente dos problemas ambientais locais. E esses olhares, muitas vezes, podem nortear o desenvolvimento de soluções básicas para situações-problema cotidianas que a percepção do discente ainda não captou por ser ele o agente modificador nesta paisagem. São poucos os professores que trabalham e moram no entorno, a maioria vem de arredores centrais ou de outras regiões, sendo que muitos deles passam mais horas na escola do que em seus lares.

METODOLOGIA

Para a consecução dos objetivos propostos e, mais especificamente, para o estabelecimento de um quadro de referência para a análise e discussão das práticas e concepções de EA dos professores da Escola Estadual Almirante Barroso, primeiramente se realizou uma pesquisa documental sobre o histórico de emergência do campo ambiental, bem como sobre o marco legal da EA no Brasil.

Num segundo momento, realizou-se entrevistas semiestruturadas junto a docentes da escola. Existem vários métodos investigativos para uma pesquisa qualitativa, no entanto, para Duarte (2004), entrevistas são fundamentais quando pretende-se mapear práticas, valores, sistemas que classificam universos sociais e específicos. Se realizadas com êxito, irão permitir que o pesquisador consiga fazer uma descrição mais detalhada e clara do grupo ou da realidade do sujeito ou do objeto entrevistado (DUARTE, 2004).

Ainda, segundo a autora, realizar uma entrevista nem sempre será fácil como manter um bate papo de informal; pelo contrário, requer certa habilidade, competência técnica do pesquisador e exige uma preparação prévia, com coleta de dados e definição do que se pretende buscar para que se obtenha um material rico que possa ser suficiente como fonte e instrumento de investigação (DUARTE, 2004).

Nesse contexto, o pesquisador é quem irá definir os objetivos da pesquisa, seus métodos e instrumentos, além de, muitas vezes, realizar as entrevistas, as transcrições e o arquivamento dos registros (DUARTE, 2004). Para a autora, é importante que se tenha muito claro algumas questões para a entrevista, tais como:

a) as razões pelas quais optou-se pelo uso daquele instrumento; b) os critérios utilizados para a seleção dos entrevistados; c) número de informantes; d) quadro descritivo dos informantes – sexo, idade, profissão, escolaridade, posição social no universo investigado etc. e) como se deram as situações de contato (como os entrevistados foram convidados a dar seu depoimento, em que circunstâncias as entrevistas foram realizadas, como transcorreram etc.); f) roteiro da entrevista (de preferência em anexo) e, g) procedimentos de análise (anexando, no final do texto ou relatório, cópia de uma das transcrições – desde que não haja necessidade de preservar a identidade do informante. (DUARTE, 2004, p.219)

Para a autora, a realização de uma boa entrevista exige que o pesquisador conheça com alguma profundidade o contexto em que pretende realizar sua investigação, que ele tenha um roteiro da entrevista onde possa transitar com tranquilidade por já conhecer o mesmo e evitar engasgos, e se sinta seguro e autoconfiante estabelecendo um ambiente saudável ao grupo ou aos entrevistados (DUARTE, 2004).

A análise da entrevista, segundo Duarte (2004), é outra tarefa complicada, pois requer muitos cuidados com a interpretação, a construção de categorias, não tornando o material extraído em elementos que possam só confirmar suas hipóteses de trabalho ou interferindo com a nossa subjetividade pessoal (DUARTE, 2004).

Cabe salientar, por fim, que nem sempre os entrevistados estarão dispostos a revelar-se ou sair do anonimato, muitas vezes por motivos de confrontar-se com seus superiores ou com questões problemáticas ou mesmo de ordem hierárquicas, e isto tem que ser preservado pelo pesquisador (DUARTE, 2004).

Levando em conta esses aspectos, a seleção dos professores foi feita por meio de adesões voluntárias e não se delimitou a amostra por meio de quaisquer outros critérios. Ao me apresentar devidamente em um breve momento de recreação dos docentes, perguntei quem gostaria de participar de uma pesquisa na qual eles seriam entrevistados sobre como entendem e sobre como está acontecendo a EA na escola Almirante Barroso. Vários professores se colocaram à disposição, porém nem todos tinham horários disponíveis, por se tratar de uma entrevista fora do horário de sala de aula. Como resultado, realizou-se a coleta das narrativas (por meio de entrevistas semiestruturadas) junto a 6 professoras e 2 professores. Convém ressaltar que tanto a participação na pesquisa, quanto a autorização para o registro e divulgação das narrativas produzidas foram negociadas mediante a utilização de termos de consentimento livre e esclarecidos

(TCLE) cujo modelo se encontra entre os apêndices (APÊNDICE 1) e que foram submetidos ao comitê de ética da instituição por meio da Plataforma Brasil.

As entrevistas ocorreram em dias variados (no mês de maio do ano de 2019) e levaram, cada uma, entre 30 a 40 minutos. As perguntas foram feitas de maneira direta, sem a apresentação de explicações complementares, pois pretendia obter suas respostas sem que houvesse sugestão, condução ou outras interferências minhas. As entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas para a análise.

O roteiro para a realização da entrevista semiestruturada (APÊNDICE 2) foi composto por 13 questões sobre temas variados. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa pois os dados que são descritos por professores foram oriundos de situações de sala de aula tendo em vista a posição dos docentes em relação a seus alunos, como eles percebem EA no seu ambiente escolar e na sua vida profissional.

A transcrição das entrevistas foi analisada para aflorar o discurso de cada docente de forma fiel ao que foi dito por eles. Os dados foram analisados descritivamente para análise acerca de suas concepções.

Para a identificação de cada professor ao longo do texto, foram utilizados números sequenciais condizentes à ordem de realização das entrevistas, conforme o exemplo: professor 1, professora 2, professora 3, professor 4, ... e professora 8. Além disso, a identificação de gênero foi realizada por meio da utilização dos termos professor ou professora.

Para a classificação das concepções de educação ambiental das professoras e dos professores entrevistados, foram utilizadas as categorias propostas por Schmitt (2017): EA naturalista conservadora, EA normativa e EA crítica reflexiva. Segundo a definição da própria autora:

A **Educação Ambiental Naturalista-Conservadora** parte das práticas preservacionistas historicamente relacionadas ao surgimento do movimento ambientalista. Essa corrente apresentaria um ideário romântico que segundo Pelicioni (2005), foi inspiração para o movimento preservacionista do final do século XIX. A característica principal dessa abordagem é o destaque para a proteção do mundo natural, este apartado do ser humano, considerado majoritariamente como “vilão”. A ênfase nos problemas ambientais aparentes prevalece e as causas sociais e políticas não

são discutidas. Como palavras chaves indicadoras podem ser destacadas: natureza intocada, ideal romântico, aprendizagem com a natureza, preservação, proteção, catastrofismo, destruição, ameaça.

A **Educação Ambiental Normativa** tem o foco na ação direta, na busca por soluções imediatas para os problemas ambientais apresentados e na proposição de condutas e normas a serem seguidas universalmente. Essa categoria pode ter se originado em concepções tecnicistas de educação, haja vista seu caráter normativo, prescritivo. Essa corrente de Educação Ambiental enfoca a mudança do comportamento individual enquanto chave da mudança, e assim como a Educação Ambiental Naturalista-Conservadora, não desenvolve as causas sociais e políticas dos problemas ambientais. Como palavras chaves indicadoras podem ser destacadas: mudança de comportamento, moralização de condutas, ação individual, conscientização, solução e desenvolvimento sustentável.

A **Educação Ambiental Crítico-Reflexiva** esta pautada na perspectiva das Teorias Críticas do campo da Educação. Essa corrente baseia-se no entendimento mais amplo do exercício da participação social e da cidadania, entendendo e destacando a dimensão política da questão ambiental. Tem como objetivo a organização da sociedade civil na busca por transformações socioambientais. Como palavras chaves indicadoras podem ser destacadas: Lugar, Pertencimento, Subjetividade, Crítica Social, Denúncia, Sustentabilidade, Cidadania, Ação Coletiva, Projeto Comunitário. (SCHMITT , 2017, p.24)

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Emergência e consolidação do campo ambiental

O movimento ecologista surgiu nos anos de 1960, na esteira dos movimentos contraculturais que, conforme o significado da própria palavra sugere, colocaram-se contra a cultura hegemônica, visando criticar, debater e questionar o estatuto vigente neste determinado contexto histórico. A contracultura, nesse sentido, caracterizou-se por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que, juntos, perfizeram uma crítica contundente à sociedade dominante. Segundo a autora, Roszak (1972 *apud* CARVALHO, 2011), um militante do movimento situa a contracultura como uma reação à tecnocracia, ou seja, forma social na qual a sociedade industrial atinge o ápice da integração organizacional.

Para Isabel Carvalho (2011), a palavra ecologia tem a ver com os movimentos ecológicos dos anos 1960/1970/1980, onde tivemos movimentos e práticas sociais que definiram projetos de lei e políticas públicas. Ecologia, dessa forma, não é somente conhecimento científico, mas também uma forma de crítica à sociedade de consumo e aos valores dessa sociedade fundamentada na explosão do industrialismo. Um dos exemplos de contracultura no Brasil foi o movimento hippie que incitou milhares de jovens a cultuarem o amor livre, o desprendimento às convenções e ousou pensar e construir mundos alternativos e contrários ao capitalismo, aos valores morais de uma sociedade de consumo e ao sistema de governo repressor.

As ideias ecologistas ganharam mais forças nos movimentos contraculturais e passaram a ser chamadas de nova esquerda na Europa e nos EUA nos anos 1970. Esses movimentos eclodiram forças étnicas, reivindicando novos direitos e reconhecimento de identidade cultural e estilo de vida. Estes grupos chamaram-se novos movimentos sociais. Um dos marcos desse movimento também foi a manifestação estudantil de maio de 1968 na França (CARVALHO, 2011).

A década de 1970, para muitos ativistas e conforme a literatura especializada, é reconhecida como aquela em que tivemos um conjunto de ações de entidades e movimentos que se nomearam ecológicos ou ambientais e isso se estruturou tanto no plano governamental, quanto por meio de instituições voltadas para a regulação, normatização e controle das questões do meio ambiente (CARVALHO, 2011). Também tivemos a expansão dos meios de comunicação e a constituição de uma classe média e urbana e de segmentos de opinião que vai criar condições para a expansão e a consolidação de entidades ambientalista nos dez anos subsequentes.

Podemos dizer que os debates ecológicos e os movimentos foram de suma importância porque construíram novas maneiras de grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente.

Então podemos crer que o movimento ecológico é marcado por dois contextos socioculturais, sendo eles: o primeiro contexto internacional da crítica contracultural e das formas de lutas do ecologismo europeu e norte americano; e o segundo seria o contexto nacional em que a recepção do ideário ecológico acontece

na cultura política e dos movimentos sociais de cada país, assim como ocorreu na América Latina (CARVALHO, 2011).

Um dos movimentos ecológicos brasileiros compartilhado que teve um caráter internacional, citado pela autora (CARVALHO, 2011) como exemplo de luta social local, foi o dos seringueiros da Amazônia, sob a liderança de Chico Mendes. Acontecimentos como este tornam perceptível a crise ambiental como questão social, entre outras questões, de uma conjuntura de globalização. O famoso lema “pensar local agir global” já expressa a preocupação e compreensão de como essas realidades locais são profundamente afetadas por ações e decisões políticas definidas internacionalmente (CARVALHO, 2011).

No Brasil dos anos 1980/1990 foram ainda mais significativos para a consolidação da educação ambiental por haver um progresso no diálogo e uma aproximação mútua entre as lutas ecológicas e os movimentos sociais urbanos e movimentos populares, inspirados em princípios da educação popular e da teologia da libertação (CARVALHO, 2011).

A EA passa a ser vista como preocupação dos movimentos ecológicos e com uma prática de conscientização capaz de chamar a atenção para a má distribuição no acesso dos recursos naturais, envolvendo os cidadãos em ações sociais ambientalistas apropriadas. A EA também se transforma em uma proposta educativa forte, no sentido de dialogar com o campo educacional, com suas tradições teóricas e saberes (CARVALHO, 2011).

Estruturação e marco legal da EA

Internacionalmente, a EA passa a ser objeto de discussões de políticas públicas como na I conferência Intergovernamental sobre Meio Ambiente Humano, que aconteceu em 1972 em Estocolmo, Suécia; na I Conferência Sobre Educação Ambiental em Tbilisi (na ex URSS), realizada em 1977; e, 20 anos depois, na II Conferência em Tessalônica, Grécia (CARVALHO, 2011). Esses encontros foram promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1992, no Brasil, tivemos o Fórum Global que aconteceu paralelamente à conferência da ONU sobre desenvolvimento e meio ambiente, realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio 92. As ONGs e os movimentos sociais de

todo o mundo reunidos neste fórum redigiram o Tratado de Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis, documento de suma importância para a definição de um marco político para o projeto pedagógico da EA (CARVALHO, 2011). O Tratado, entre outras coisas, tem como base a formação da Rede Brasileira de Educação Ambiental e diversas redes estaduais que formam uma grande articulação de entidades não governamentais, escolas, universidades e pessoas envolvidas com a EA. Essa compressão, como cita a autora, passa a ser ratificada pela Política Nacional de Educação Ambiental, que entende por esse tipo de educação:

Os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais conhecimentos, habilidades e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

A EA, no marco legal brasileiro, deve perpassar transversalmente o currículo, integrando todas as áreas do conhecimento para a construção de uma perspectiva interdisciplinar que favoreça a compreensão das questões que afetam as relações entre os grupos humanos e seu ambiente. A EA, além disso, deve ser uma prática permanente, provocando mudanças continuamente para novos horizontes e concepções de um sujeito socioambiental cada vez mais consciente e capacitado (CARVALHO, 2011)

Política Nacional de Educação Ambiental

A Política Nacional de Educação Ambiental está instituída pela Lei de número 9.795 de 1999. Nela, entende-se por educação ambiental um processo de construção de valores sociais, atitudes, habilidades, conhecimentos, no qual estão envolvidos tanto o indivíduo quanto a coletividade. A EA, dessa forma, deve estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo sendo ele formal ou não formal. Estas definições estão formuladas nos artigos 1º, 2º e 3º, conforme segue:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de

forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:

[...]

VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. (BRASIL, 1999)

Os princípios básicos da lei 9.795/99 fundamentam-se em um enfoque humanista, holístico, democrático e participativo, bem como no respeito ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas na perspectiva multi, inter e transdisciplinar. Ressalta-se, além disso, o reconhecimento e o respeito à diversidade cultural e individual, conforme segue:

Art. 4º - São princípios básicos da educação ambiental:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

[...]

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

[...]

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999)

Dentre os objetivos fundamentais, destacam-se a garantia de democratização da EA e o desenvolvimento de uma compreensão integrada envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, conforme está disposto no Art. 5º (BRASIL, 1999).

A EA, dentro do ambiente escolar, deve ser desenvolvida, como uma prática integrada, contínua e permanente, em todos os níveis e modalidade de ensino e não deve ser implantada como uma disciplina específica, conforme está descrito nos artigos 9º e 10º:

Art. 9. Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a. educação infantil;
- b. ensino fundamental e
- c) ensino médio;
- II - educação superior;
- III - educação especial;
- IV - educação profissional;
- V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas. (BRASIL, 1999)

Também observamos que os professores devem receber formação continuada e complementar em suas áreas para trazer conteúdos que tratem ética ambiental e das atividades profissionais, conforme disposto está disposto no parágrafo 3º acima citado. Ainda, no que se refere à formação de professores, o Art. 11º traz o seguinte:

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), em conformidade com a Política Nacional para a Educação Ambiental (BRASIL, 1999), reafirmam diversos aspectos desta, assim como também introduzem novidades que contribuem significativamente para a formação de sujeitos ecológicos (CARVALHO, 2011) em sintonia com os meios ambientes nos quais estão inseridos.

Nas DCNEA temos algumas discussões de aspectos que não foram contemplados na lei 9.795/99, entre eles a afirmação da EA como prática político-pedagógica emancipatória, que promove a ética e a cidadania ambiental; o reconhecimento do papel transformador da EA dentro de um contexto mundial e nacional; os riscos socioambientais locais e globais; e as necessidades de conservação do planeta por meio de práticas sociais.

Das seções que definem o objeto das diretrizes e seu marco legal, destacamos a preocupação dessa resolução com a formação integral do sujeito que vive em determinado meio ambiente: suas condições físicas, emocionais, intelectuais e culturais (BRASIL, 2012).

A EA, nas DCNEA, é compreendida uma construção com responsabilidade cidadã onde deve existir a reciprocidade da relação do homem com a natureza, ou seja, a imbricação entre o sujeito e a natureza como um círculo que nunca se fecha produzindo continuamente ambientes de vida e de cultura, como descreve Carvalho (2011) ao citar Brandão (2002): “Assim escrevemos as condições naturais em que vivemos em nosso mundo de significados, transformando natureza em cultura” (BRANDÃO, 2002, p.17 *apud* CARVALHO, 2011, p.76)

Outra diferença da DCNEA é reconhecer e afirmar que a EA não é atividade neutra, pois ela envolve valores, práticas educativas e dimensões políticas. Conforme consta no artigo 5º:

Art. 5º A Educação Ambiental não é atividade neutra, pois envolve valores, interesses, visões de mundo e, desse modo, deve assumir na prática educativa, de forma articulada e interdependente, as suas dimensões política e pedagógica. (BRASIL, 2012)

A resolução de 2012 também se assemelha com a Lei 9795/1999 na parte onde trata da autonomia escolar e da forma como a EA deve ser efetivada na educação formal:

Art. 8º A Educação Ambiental, respeitando a autonomia da dinâmica escolar e acadêmica, deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar, contínua e permanente em todas as fases, etapas, níveis e modalidades, não devendo, como regra, ser implantada como disciplina ou componente curricular específico. (BRASIL, 2012)

No que tange aos objetivos e princípios das DCNEA, a partir e em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental, estes se apresentam fundamentados no respeito ao pluralismo de ideias, à diversidade de etnias, de culturas, de gênero e de práticas sociais, garantindo a continuidade dos estudos e a qualidade da educação.

Podemos perceber que nos objetivos da DCNEA temos ainda, como acréscimo em relação à Lei 9.795/1999, a promoção e preocupação com a integridade dos ecossistemas, assim como com a preservação da biodiversidade dos mesmos, conforme segue:

- VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz;
- IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do País que utilizam e preservam a biodiversidade. (BRASIL, 2012)

Nas DCNEA, a organização curricular está disposta e constituída pelos projetos políticos pedagógicos (PPP), pelos planos de curso (PC), pelos projetos pedagógicos de curso (PPC) que são de responsabilidade da instituição de educacional, conforme disposto no Art. 15°. Relacionado a isso, nos parágrafos 2° e 3° consta que o planejamento dos currículos e o tratamento pedagógico deles devem considerar:

- § 2° O planejamento dos currículos deve considerar os níveis dos cursos, as idades e especificidades das fases, etapas, modalidades e da diversidade sociocultural dos estudantes, bem como de suas comunidades de vida, dos biomas e dos territórios em que se situam as instituições educacionais.
- § 3° O tratamento pedagógico do currículo deve ser diversificado, permitindo reconhecer e valorizar a pluralidade e as diferenças individuais, sociais, étnicas e culturais dos estudantes, promovendo valores de cooperação, de relações solidárias e de respeito ao meio ambiente. (BRASIL, 2012)

Por fim, na seção que trata dos sistemas de ensino e da colaboração, consta que cabe aos órgãos normativos e executivos dos sistemas de ensino se articularem para a promoção de formação inicial e continuada de professores, gestores, coordenadores que atuam na educação básica de modo que estejam e sejam

capacitados para o desenvolvimento didático pedagógico da educação ambiental na atuação escolar.

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE EA ENTRE PROFESSORES DA ESCOLA ALMIRANTE BARROSO

Todos os professores que participaram da pesquisa têm sua formação no magistério, em uma licenciatura e/ou com pós graduação; suas habilitações são para as disciplinas de matemática, química, biologia e letras; e o tempo de médio de experiência docente fica acima dos 10 anos na profissão, conforme disposto no QUADRO 1. Entre os professores entrevistados, 3 docentes trabalham em duas escolas e os outros 5 professores têm uma jornada de trabalho dupla dentro da escola Almirante Barroso, ficando muitas vezes o dia todo no recinto escolar. Os professores consideram a EA importante e que deve ser abordada dentro da sala de aula; eles acreditam, além disso, que por estarem um ambiente de preservação natural o aluno já tem este olhar mais atento às questões ambientais.

QUADRO 1 – Identificação dos professores entrevistados: áreas de formação, disciplinas nas quais atua e tempo de experiência docente.

PROFESSORES	ÁREA DE FORMAÇÃO	DISCIPLINAS NAS QUAIS ATUA / ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	TEMPO DE EXPERIÊNCIA
1	Engenharia Química e Segurança do Trabalho e Habilitação para Química, Ciências, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Exatas	Química (EM)	25 ANOS
2	Graduação em Letras; Pós Graduação em Supervisão e Orientação Escolar	Língua Inglesa (EF) e Supervisão Escolar	20 ANOS
3	Graduação em Ciências Biológicas e Matemática.	Matemática (EF e EM)	12 ANOS

4	Ciências da Natureza: Habitação em Biologia e Física	Biologia (EM)	28 ANOS
5	Ciências Biológicas; Pós graduação em Orientação Educacional e Administração Escolar	Vice Direção	23 ANOS
6	Magistério; Licenciatura em Matemática	Matemática (EF e EM)	5 ANOS
7	Graduação em Letras: Português e Inglês	Português (EF e EM)	26 ANOS
8	Graduação em Psicopedagogia; Pós Graduação em Tecnologia da Educação.	Séries iniciais (5° ano)	10 ANOS

Fonte: Produzido pela autora

De acordo com a Lei nº 9795/99, a dimensão ambiental deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as áreas, e professores em atividade devem receber formação complementar e continuada (BRASIL, 1999). Portanto, a formação de profissionais da educação, no âmbito da dimensão ambiental, é fundamental, dada à emergência da necessidade de conscientização e capacitação prática dos cidadãos para a sustentabilidade socioambiental (CARNEIRO, 2008).

Concepções de EA

A partir da análise das entrevistas com os professores, foi criado um quadro (QUADRO 2) com os três tipos de concepções de EA e o número de ocorrências de palavras-chave e/ou de expressões que permitiram a identificação de cada uma delas em suas respostas às questões do roteiro de entrevistas.

QUADRO 2 – Concepções de EA dos professores da Escola Almirante Barroso.

Categoria ou correntes	Número de ocorrências
Naturalista conservadora	4
EA normativa	7
EA crítica /reflexiva	4

Fonte: Produzido pela autora.

Considerando que o número total de ocorrências é maior do que o número de docentes, bem como o fato de não ter sido possível identificar as correntes de educação ambiental em todas as entrevistas, pode-se concluir que nas falas dos professores se misturam as três concepções de EA, ainda que predominem elementos característicos da corrente de EA normativa. Essa constatação está de acordo com a colocação de Dill e Carniatto (2020), quando citam Sauvè e dizem que a EA para os professores pode estar baseada em mais de uma concepção de Meio Ambiente:

Contatou-se que todas as concepções apresentadas, se enquadram em mais de uma corrente, o que segundo Sauvè (2005b) é resultado da análise realizada, sendo possível que uma mesma concepção pode corresponder a diferentes correntes, uma vez que estas não são excludentes. (DILL & CARNIATTO, 2020, p.164)

Tendo em vista que diferentes concepções de Meio Ambiente podem coexistir, deve-se compreender que estas influenciam os educadores na definição e práticas da Educação Ambiental, assim como, a concepção ambiental pode e deve interferir na forma como se concebe o Meio Ambiente e a Educação. Neste aspecto, os resultados revelaram que os professores não adotam uma única concepção de Educação Ambiental, mas sim inúmeras, que podem se complementar, e que tem relação direta com sua concepção de Meio Ambiente. (DILL & CARNIATTO, 2020, p.169)

Assim sendo, a tentativa de classificar as concepções de EA dos professores se revelou menos produtiva do que a análise de suas respostas às diferentes perguntas que foram feitas. Considerando, portanto, que esta pesquisa não tem a pretensão de apontar qual das perspectivas de EA é a melhor e que, na verdade, a EA verte de várias correntes, passamos nas seções abaixo a explorar as

concepções das professoras e dos professores a partir das temáticas que estruturaram o roteiro de entrevista.

Importância da EA

No que se refere à importância da EA, os professores mencionaram princípios como a conscientização, compreensão integrada do ambiente, participação individual e coletiva, preservação do equilíbrio do meio ambiente, sendo estes os principais aspectos visto por eles. Isoladamente, esses aspectos podem ser relacionados a mais de uma das correntes de educação ambiental utilizadas como referência para a análise: em alguns casos, se relacionam mais à EA naturalista, porque denotam a natureza de forma a ser apenas apreciada e preservada, dissociada do mundo humano; também se relacionam à EA normativa por restringirem ao indivíduo a responsabilidade dos problemas ambientais; e, por fim, podem ser associados à EA crítico-reflexiva quando se referem a participação do discente em sua comunidade.

Os professores entrevistados destacaram também que seus alunos precisam conscientizar-se sobre EA, mas que isso exige que se trabalhe em grupo e que muitos não conseguem participar satisfatoriamente dessas dinâmicas. Para eles, a EA abrange todas as disciplinas e para compreender os processos ambientais que influenciam diretamente na aprendizagem teórica do currículo de sala de aula é preciso estar bem informado acerca do lugar de onde se vive.

Para alguns docentes, a importância que se dá para o lugar em que vive, se faz quando temos o sentimento de pertencimento àquele lugar. Quando estamos em um ambiente repleto de diferentes seres vivos e formas, então desenvolvemos a responsabilidade de preservar este lugar por fazermos parte das espécies que lá habitam. Conscientizar discentes, nesse sentido, é um exercício de cidadania e contribui significativamente para o dia a dia de cada um e da comunidade que ali habita, onde dividem um ambiente cheio de diversidades ambientais.

Para outros, a importância da EA está relacionada ao desenvolvimento de uma compreensão integrada do ambiente. Segundo esses docentes, ela fará todo sentido para os discentes quando o conteúdo teórico começar a fazer sentido. E isso, pois a EA está intrinsecamente ligada e os diversos tipos de ambientes estão

interrelacionados. Quando acontece uma extinção pode haver um desequilíbrio no ecossistema e as consequências podem ser gravíssimas para o ambiente; por isso, os docentes sinalizam e chamam a atenção para as questões ambientais que para muitos significa pensar num todo e ao mesmo tempo pensar em si.

Para os professores, uma conscientização coletiva os torna mais fortes e traz crescimento a todos envolvidos, pois um projeto de sucesso envolve várias etapas e requer colaboração e empenho. Nas palavras do professor 1: *“se o grupo cresce, crescemos juntos, então se há ganho, todos ganham também”*. Nesse sentido, a importância da EA está na construção do comprometimento com ações ou situações do ambiente escolar ou da comunidade, sejam elas nas resoluções de problemas ou novas situações em que será importante trabalhar de forma coletiva e democrática fazendo com que o grupo amplie seu conhecimento.

Para os professores entrevistados, as formas como os alunos se relacionam também diz muito acerca deles. Os docentes percebem que em algumas turmas existe cooperação. Por outro lado, a maneira como falam sobre as questões ambientais dentro da sua comunidade evidencia a distância em que ainda têm a percorrer para o seu estabelecimento. Quando o assunto é meio ambiente, por exemplo, a primeira resposta é reciclagem. Em um rico ambiente os discentes relacionam natureza a um único meio de preservar o lugar onde vivem. O lugar é rico em fauna e flora, mas pouco explorado pelos que ali habitam, sendo que a maioria vê a pesca ainda como um único meio de obter lucro ou sustento. O desenvolvimento do senso crítico estimulado pela EA, portanto, desperta e fortalece consciência crítica dentro da comunidade abrindo novos olhares para outros panoramas que também fazem parte do ambiente e do cotidiano.

Estimular a organização social dos discentes, nesse sentido, impulsiona para uma educação mais consciente baseada em cooperação entre as pessoas que ali habitam, pois nada poderá ter continuidade se não houver preservação daquilo que já se tem. Conscientizar, também, na visão dos alunos, pode ter uma característica bem marcante: aprender a trabalhar em grupo. Isso, para os professores fica visível, quando percebem que o grupo ainda é individualista. Trabalhar a coletividade exige esforço pessoal no qual cada um abre mão do individual para obter êxito coletivo.

Objetivos da EA

Quando perguntados sobre os objetivos da EA, os professores entrevistados ressaltaram a finalidade de disseminar entre os alunos, que são partes integrantes e mediadores da comunidade, uma consciência mais ecológica. Para eles e elas, a EA tem que estar presentes em todos os níveis e modalidades de ensino. Este objetivo pode ser percebido em várias colocações, dentre elas destacamos algumas como a do professor 3 que diz que *“preservar é para todo mundo, toda a comunidade, para o planeta e se cada um cuidasse do seu espaço teríamos uma comunidade mais limpa e por consequência um planeta mais limpo”*. O professor 4, por sua vez, acha que *“são fatores intrinsicamente ligados e se não fizermos nossa parte poderemos provocar um desequilíbrio ecológico com consequências graves”*. Esta relação entre o homem e a natureza ainda precisa ser muito mais refletida dentro da sala de aula, de modo que o discente consiga inter-relacionar o que se faz no local onde vive com os impactos ao ambiente.

“A natureza é fonte esgotável, somos parte deste ambiente precisamos preservá-lo de forma respeitosa e consciente”, esta fala pode despertar nos alunos pequenas atitudes que, somadas, tornam-se grandes e mais sustentáveis, diz a professora 8 ao se referir aos seus objetivos com os alunos. Para ela, a continuidade desses bens esgotáveis depende de pequenas atitudes como, por exemplo, fechar a torneira enquanto se escova os dentes, conseguir despertar pequenas ações desde o início, no jovem ou adolescente ajuda a compreender o papel deles dentro do questão de preservação outra resposta bastante reflexiva foi a do professor 1 ao se referir aos alunos de um modo geral, que todos os alunos que trabalham de forma individual pode crescer mas de forma menos acelerada do que os que trabalham em coletividade o grupo poderá crescer mais aceleradamente ainda

Motivações para o desenvolvimento das ações de EA

O principal motivo que leva os professores a trabalhar EA é que, para alguns, ela já faz parte das suas disciplinas. Outra motivação é fato da escola estar situada em uma APA e a maior parte dos discentes viverem nela. Nesse sentido, para os professores entrevistados, é preciso que os discentes compreendam a importância

do lugar onde vivem para atuar de forma consciente sem agredi-lo. Ao observar questões comportamentais dos alunos frente a questões cotidianas, os professores acreditam que os alunos poderiam interagir melhor com seu ambiente se houvesse mais cooperação das autoridades locais ou intercâmbio onde projetos e abordagens de universidades pudessem somar, trazer novos olhares e significação em questões que ali já existem, como por exemplo, por que acontecem as cheias do Jacuí e de quais maneiras colaborativas os discentes podem atenuar os problemas trazidos pelas enchentes. A conscientização sobre o que se têm naquele ambiente e o que se pode melhorar através de iniciativas, tomada de decisão frente a projetos que muitas vezes começam a ser pensados dentro da sala de aula, pode contribuir com tamanha significância para o bem estar coletivo e do ambiente habitado.

Abordagens, metodologias e temas correlatos

A abordagem mais usada pelos professores entrevistados é a promoção de debates sobre problemáticas ambientais que estão acontecendo atualmente. Essas temáticas podem e são trazidas em forma de discussão e contextualização para os alunos, a fim de fazer com que reflitam e busquem novas alternativas resolutivas e preventivas para a promoção de um ambiente mais saudável. Outros docentes partem de concepções prévias e fazem com que seus alunos observem o seu entorno para então trabalharem temáticas que possam fazer sentido em suas vidas como, por exemplo, a situação da reciclagem do lixo dentro da comunidade.

“A questão da educação ambiental é multidisciplinar e envolve tudo, até mesmo fatores políticos, além dos fatores ambientais”, diz o professor 4, que, através de desenhos, de aulas práticas e, quando possível, do uso do laboratório, tenta fazer com que os exemplos se tornem mais tangíveis, perceptíveis e mais próximos da realidade dos discentes.

Sobre as abordagens em EA o professor 1 diz que *“quando estudantes universitários estagiam na escola trazem ideias, projetos novos”*. Segundo ele *“há pouco tivemos o pessoal de uma universidade, a UFRGS - Ciências da Natureza -, eles levaram os alunos à praça que fica aqui ao lado da escola, para identificar árvores, pra fazer alguns trabalhos práticos e usaram o laboratório também. Temos um laboratório disponível para ciências da natureza se houvesse mais parcerias*

como essa poderíamos nos articular mais frente aos discentes”. Também sobre as abordagens de sala de aula, o professor 4 diz “A nível da questão ambiental o que vai vir em pouco tempo é a discussão da implantação de uma mina de carvão aqui nas proximidades e essa mina vai levantar várias questões ambientais propiciando discussões de todas as áreas”.

Vale ressaltar, nesse sentido, que a utilização de temáticas e problemas ambientais é uma recomendação presente nos documentos legais brasileiros e já vem sendo enfatizada pelo menos desde a década de 1970, em documentos de referência para a EA, tais como as recomendações da Conferência de Tbilisi (1977).

Entre as temáticas mais frequentemente abordadas pelos professores (QUADRO 3), encontra-se a coleta seletiva do lixo. Para os docentes, o tratamento e a conscientização acerca da adequada seleção dos resíduos podem amenizar o problema das cheias no rio.

QUADRO 3 – Temáticas abordadas nos projetos de EA

Temáticas abordadas nos projetos de EA	Número de respostas
Lixo/coleta seletiva	8
Preservação ambiental	8
Água (enchentes)	8
Poluição (ar, solo, água)	6
Desmatamento	3

Fonte: Produzido pela autora.

A seleção dos resíduos também é uma das preocupações dos professores, pois os alunos não colaboram muito para que se tenha um ambiente mais limpo, mesmo com alguns trabalhos feitos nessa direção. Percebe-se também que EA para muitos docentes é vista sob o ponto de vista da reciclagem, reutilização de materiais, manter o ambiente organizado, limpo. O ambiente tem uma diversidade de fauna e flora porém o olhar da comunidade escolar parece atentar somente para este ponto de vista.

As enchentes são uma preocupação constante que ocorre todos os anos e que mesmo com medidas mitigatórias causam transtornos a comunidade em geral, pois nesta época as aulas são interrompidas e acabam por atrasar o calendário escolar e causar muita evasão.

Quanto à poluição das águas, os professores divergem sobre o assunto: alguns falam que a comunidade, de tempo em tempo, promove a limpeza do rio; já para outros docentes, com base no que acompanham das atitudes dos discentes em sala de aula, a questão da poluição ainda tem um longo caminho a ser percorrido na direção da melhora e conscientização sobre a mesma.

Considerando, portanto, a relação das temáticas abordadas com a realidade local, percebemos que a abordagem das questões ambientais também abre aos docentes e discentes a possibilidade de qualificarem o exercício de suas cidadanias, conforme destacam as autoras Campos e Cavalari (2017):

Enquanto processo político, o empoderamento de professores toma à frente um empoderamento de classe, no qual o engajamento desses profissionais no ambiente escolar e comunidade frente às questões ambientais abrem perspectivas à compreensão da problemática que afeta as suas condições de vida, na discussão de soluções alternativas, nas tomadas de decisão, na viabilização de práticas pedagógicas ousadas, bem como seu acompanhamento e avaliação. O empoderamento na perspectiva emancipatória desenvolve competências para um agir político, para uma participação protagonista, para tomadas de decisão, para a cidadania (CAMPOS & CAVALARI, 2017, p.100)

Limites, potencialidades e repercussões

A escola Almirante Barroso, como muitas outras no Brasil, vivencia os problemas de uma política pública que não valoriza a educação: a péssima remuneração dos profissionais, por exemplo, é um fator de desmotivação importante apontado pelos docentes. Para eles, além dessa dificuldade, torna-se cada vez mais difícil conciliar a parte teórica com a parte prática, pois, segundo suas concepções, a questão ambiental precisa de situações práticas para que a teoria seja aplicada.

A escola possui um laboratório que só é usado quando estudantes universitários (bolsistas em projetos tais como o PIBID) propõe tal prática. Na visão

de muitos dos professores entrevistados, portanto, aproximar as universidades da escola contribuiria positivamente no desenvolvimento de novas abordagens para o tratamento dos assuntos ambientais trazidos pelos alunos. Alguns professores acreditam que seus discentes têm pouco comprometimento, muita teoria e pouca prática e para questão ambiental é essencial que se tenha bastante práticas aliadas à teoria.

A falta de tempo e dedicação de professores para fazerem com que esses projetos ou essas abordagens de temáticas pontuais possam ser ampliados e melhor articulados foi outro problema apontado pelos professores entrevistados. Além disso, os projetos na escola acabam sendo desenvolvidos com mais frequência junto aos alunos do nível de fundamental; no ensino médio, segundo os professores, é mais difícil ainda porque é noturno.

QUADRO 4 - Dificuldades encontradas para a realização dos projetos

Dificuldades encontradas para a realização de projetos	Número de respostas
Falta de tempo para cumprir conteúdo programático	8
Ausência de formação continuada na área (recente)	8
Falta de apoio da secretaria de educação e parcerias externas	3
Dificuldade de trabalhar de forma interdisciplinar	2
Dificuldade para sair da escola: visitas e passeios	1

Fonte: Produzido pela autora.

A comunidade, a escola e a Educação Ambiental

Muitas vezes a presença da comunidade dentro da escola se deve exclusivamente a assuntos ligados ao próprio filho, como a entrega de boletins ou irregularidades no comportamento. Em épocas de cheias, por exemplo, apesar de todos os transtornos causados pelas enchentes, não há uma integração significativa entre a comunidade, a escola e o poder público. Na opinião do professor 4, essa desarticulação, justamente, impede que parte dos problemas sejam atenuados.

A participação do aluno dentro da escola, indiretamente, traz a comunidade e o olhar dos pais que aprendem com seus filhos algumas concepções. Essas concepções, após refletidas, retornam de maneiras mais assertivas na conscientização de algumas problemáticas como, por exemplo a valorização de algumas espécies que existem neste arquipélago. Em algum momento chegou à professora 8 a informação que moradores caçavam capivara, animal importante neste ecossistema. Através de contextualização, a docente expôs a importância deste animal para o arquipélago, fazendo com que seus alunos refletissem e levassem está fala para sua casa. Outro assunto que merece destaque é a piracema período no qual se deve respeitar a pesca de alguns peixes. No Jacuí, por exemplo, o pintado é dos peixes a serem protegidos durante a piracema. Sabe-se que preservar é importante por ser APA, mas de um modo geral ainda se tem muito a fazer na comunidade. A coleta de lixo ainda é uma preocupação que alguns professores possuem; na visão destes, a comunidade e a escola têm que estar mais engajadas na seletividade e na reciclagem do lixo, pois através delas se pode gerar renda e melhorar a qualidade de vida.

Contribuições na formação do sujeito ecológico

Por ser uma escola localizada à beira do rio ou ribeirinha, conforme ressalta o professor 1, deveria ser mais fácil propor projetos que funcionem pois alguns acreditam que existe uma conscientização teórica, não prática, ao mesmo tempo em que admitem que entre o pensar e o fazer ainda se tem uma longa caminhada a percorrer. Existem projetos na escola, como o de juntar tampinhas de garrafas plásticas para vender em prol de consertos e melhorias na escola. Outro projeto em andamento é o de manter a articulação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) através de palestras de conscientização sobre o que a APA tem. Também, em algum momento, a professora 3 comentou em sua entrevista que a comunidade de pescadores se organiza de tempos em tempos e faz a limpeza do rio, com seus barcos. A conscientização do que é necessário para a convivência nesse ambiente pode estar disposto no projeto político pedagógico. Para tanto, existem vários caminhos que podemos sinalizar para a formação dos educadores ambientais. Como Isabel Carvalho nos diz:

Dentro do universo amplo do sujeito ecológico, vimos como são múltiplos os caminhos, as vias de acesso e os ritos de entrada pelos quais esse pode se tornar um educador ambiental. As condições do percurso da própria educação ambiental apontam para uma área recente em que, como em todo campo ambiental, se sobrepõem as marcas de um movimento social e as de uma esfera educativa epistemologicamente fundamentada e institucionalmente organizada. Nesse contexto, vimos como a identidade de educador ambiental está longe de ser uma identidade totalizante. Nomear-se educador ambiental aparece ora como adesão a um ideário, ora como sinônimo de um ser ideal ainda não alcançado, ora como opção de profissionalização, ora como signo descritor de uma prática educativa ambientalizada, combinando em diferentes gradações as vias da militância e da profissionalização num perfil profissional-militante. Resulta disso que as formas de autocompreender-se e apresentar-se que daí surgem assumem o caráter de uma identidade dinâmica, muitas vezes em trânsito. Isso é, uma identidade que não se fixa necessariamente apenas num dos polos: profissional ou militante, por exemplo. Tampouco ganha a forma de uma identidade permanente e totalizante, no sentido de subsumir outras auto identificações e filiações profissionais. (CARVALHO, 2011, p.58)

O projeto político pedagógico de uma EA crítica, portanto, é um desses benefícios coletivos e poderia ser descrito como a formação de um sujeito capaz de ler seu ambiente e de interpretar as relações de conflitos e os problemas presentes por meio de um diagnóstico crítico das questões ambientais e da auto compreensão do lugar ocupado pelo sujeito nessas relações. Esses elementos, conforme a Carvalho (2011), são os pontos de partida para o exercício de uma cidadania ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao qualificar a pesquisa na escola Almirante Barroso pelos docentes entrevistados, percebe-se que a EA tem longo caminho a percorrer no ambiente escolar, pois ainda precisa ser vista de maneira mais abrangente por todos os seus sujeitos. E isso implica que ela permeie e se faça presente em todas as esferas da vida comunitária e escolar, mas em especial naquelas situações onde os discentes consigam com seu pertencimento unificar o conhecimento do lugar onde ele está inserido com as causas vividas no seu ambiente.

Incitar o pensamento reflexivo deixado pelas marcas humanas no ecossistema nos leva a pensar e agir para melhorar e contribuir positivamente nos ambientes nos quais estamos inseridos.

Para tanto precisamos envolver os sujeitos deste universo educativo e uma das melhores formas é potencializar cada indivíduo dentro do seu ambiente, tornando o conhecimento mais eficaz. Tornar contínua a capacitação dos profissionais envolvidos pode ajudar na formação de locutores mais habilitados a trabalhar a interdisciplinaridade e a participação dos discentes em ambiente de convívio e fazer com que haja uma troca de aprendizagem entre professores e alunos. Estando o docente integrado com o público escolar, têm-se como prática social possível o envolvimento nas causas locais que o ambiente proporciona.

A EA não é apenas uma formalidade no papel, mas se vive todos os dias ao exercer a condição de cidadão perante a sociedade sendo professor ou colaborador dentro do recinto escolar. Como educadora percebo que devemos refletir melhor acerca das ações e das problemáticas que são provenientes do ambiente escolar em que estamos inseridos, buscando repensar novas ações para resolver problemas e melhorar o convívio.

Tendo como amparo que EA deve estar em todos os níveis da educação, seja ela formal ou não-formal, devemos trabalhar em conjunto com as políticas públicas e o apoio de ações que contribuam significativamente para despertar a conscientização e o desenvolvimento de habilidades dos discentes para lidarem com as situações que permeiam o ambiente em que vivem, pois de nada adiantaria conhecimento se a propagação dele fosse finita. Para os alunos, o aprendizado faz mais sentido se praticado na ação, implementado no dia a dia, em seus cotidianos e nas questões onde a maneira de se expressar e através dos seus manifestos repercutam dentro da sua comunidade ou da sociedade.

Entendo que existem várias concepções que vertem da EA. De acordo com os resultados da pesquisa que conduzi, a concepção que predomina entre os professores da escola pode ser caracterizada como normativa, em especial pela ênfase na mudança de comportamentos individuais, ainda que os outros dois tipos de concepções e perspectivas também estejam presentes em suas falas. A predominância da EA normativa, dessa forma, leva a entender que a EA é um

assunto crescente para todos e precisa ser ampliada de maneira que seja abordada em uma visão mais ampla (DILL; CARNIATTO, 2020).

Um dos objetivos da escola é a formação de sujeitos críticos, responsáveis e atuantes em seu meio social e comunitário. Contribuir para que a educação seja um suporte de boas decisões ajuda a formar discentes mais críticos e conscientes dentro da sociedade e sua realidade de mundo. A EA não pode ser vista apenas como tema naturalista pois ela é transdisciplinar e transversal a todos os níveis e modalidades, podendo ser exercitada fora do convívio escolar. Quando um discente se reconhece na comunidade em que vive, seja ela escolar, comunitária ou social, e consegue expressar seus ideais em forma de projetos que contribuem para o crescimento de todos, então podemos dizer que este adquiriu seu pertencimento ao ambiente em que está inserido, fazendo perceber assim a transformação social que ocorreu naquele ambiente.

A EA se constitui na interface das relações sociais, culturais e biológicas. A maneira reflexiva de compreender o mundo em que vive e de nele atuar como cidadãos críticos, diferencia e torna o ambiente escolar mais atrativo. E isso, pois a escola, além do espaço de aprendizado, deve ser também o lugar onde as relações sociais políticas e culturais acontecem de forma crítica e democrática.

Na atualidade em que vivemos os discentes são diversificados em suas relações com o saber e nas formas de construção dos seus aprendizados. Muitos dependem de estratégias ou abordagens diferenciadas para cada problematização proposta em sala de aula. O trabalho e o aproveitamento de cada projeto podem ter melhores resultados quando propostos de maneira significativa e relacionados com a realidade vivida, seja ela individual ou coletiva.

A conscientização de que o ser humano está intrinsecamente ligado por meio de relações ecológicas, sociais, políticas e econômicas torna as concepções sobre EA mais pertinentes ao ambiente em que se está inserido. Esta percepção pode levar a ações mais assertivas com o propósito de amenizar as agressões humanas aos ecossistemas locais e, conseqüentemente, ao planeta habitado.

Para que o cidadão reflita sobre suas práticas sociais, ele precisa desenvolver um sentimento de pertencimento e o reconhecimento do ambiente em que está inserido, tornando-se um agente no enfrentamento das problemáticas ambientais. Nesse sentido, a promoção de uma EA se dá desde o momento em que

o professor propõe uma problemática a seu aluno com base nas questões que fazem sentido em sua vida. No caso da Escola Estadual Almirante Barroso, percebe-se que parcerias com o público externo podem contribuir para a formação e consciência de novas releituras deste mesmo ambiente por parte dos alunos.

Diante dessa realidade é preciso que se pense e se aja sob uma nova perspectiva sobre a realidade estimulando a educação, a política e a economia, unindo as pontas com princípios ambientais, fazendo eles mais ativos nas comunidades, escolares, locais ou sociais. Para tanto precisamos refletir sobre as práticas sociais e sobre o que realmente faz sentido em termos de educação ambiental no ambiente escolar. O cotidiano, as vivências e as problemáticas vividos pelos cidadãos de uma mesma comunidade podem ter maior apelo aos discentes do que a alusão de um projeto que fica somente no papel, desvinculado de qualquer interesse desses sujeitos.

A EA, nesse sentido, pode fomentar a participação nas discussões e tomadas de decisões sobre questões ambientais. Ela pode ajudar a criar mais projetos pedagógicos focados na conscientização, no comportamento, no desenvolvimento de competências, na capacidade de avaliar e no envolvimento dos educandos. Sob essa perspectiva, a escola pode ser tornar um dos principais centros onde a sociedade se ambientaliza (CARVALHO 2011)

Porém, a EA ainda é vista de maneira singular por muitos docentes, tendo em vista que ela deve ser transversal e transdisciplinar. Nesse sentido, não nos cabe pensar somente em uma EA simplista. A maneira como estamos inseridos e interagimos de forma significativa no mundo, nas causas e práticas, sejam elas ecológicas ou sociais, cria oportunidades de estarmos sempre repensando nossa interação com tudo que nos cerca.

A fragmentação disciplinar e a desconexão com a realidade não fazem mais sentido frente à realidade que vivemos, pois os seres humanos estão interligados intrinsecamente com a natureza e isso se torna evidente a cada passo que homem dá no caminho do desenvolvimento científico e tecnológico. Cursos de formação continuada a docentes são fundamentais, portanto, para que entendam melhor a transversalidade ambiental e para que reformulem suas práticas. A formação continuada se faz necessária para melhores resultados em termos de EA.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1999/lei-9795-27-abril-1999-373224-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18/09/2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC** – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO PLENO. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012,** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18/09/2018.

CAMPOS, Daniela Bertolucci; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. Educação Ambiental e formação de professores enquanto “sujeitos ecológicos”: processos de formação humana, empoderamento e emancipação. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 34, n. 1, p. 92-107, 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 256 p. (Docência em formação. problemáticas transversais).

DILL, Marcelo André; CARNIATTO, Irene. Concepções de meio ambiente e Educação Ambiental de professores do ensino fundamental. **Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 15, n. 5, p. 152-172, 2020.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n.24, 2004, p.213-225. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em 1/112018.

SCHMITT, Lilian Alves. **O ambiente na tela**: perspectivas de educação ambiental em produções audiovisuais do circuito Tela Verde. 2017. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em Ciências Biológicas – Faculdade de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

APÊNDICES

Apêndice 1

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo respeitosamente convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado: “A importância da Educação ambiental para formação do sujeito ecológico”, cujos objetivos são:

- identificar e caracterizar ações educativas ambientais desenvolvidas na Escola Estadual Almirante Barroso;
- identificar e caracterizar as concepções dos professores e dos demais envolvidos com as ações educativas ambientais acerca da educação ambiental;

Este projeto está vinculado ao Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura de Ciência da Natureza – Biologia e Química do IFRS, Campus Porto Alegre. A pesquisa será feita na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Almirante Barroso localizada na rua capitão Coelho, nº 95/Arquipélago/Ilha da Pintada/PoA, através de entrevista de professores, que poderá ser gravada e/ou filmada, após minha autorização. Para a coleta de dados será utilizado/a gravador, papel e caneta para a anotações de dados.

Fui alertado (a) que este estudo apresenta risco mínimo de interpretação de questões de cada entrevistado(a), ou causar algum desconforto pelo desconhecimento das perguntas. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida poderei realizar o contato imediato com um dos pesquisadores responsáveis pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários. Foi destacado que minha participação no estudo é de extrema importância, uma vez que se espera investigar como está a formação do sujeito ecológico no seu ambiente escolar. Estou ciente e me foram assegurados os seguintes direitos:

- liberdade de retirar o meu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso me traga prejuízo de qualquer ordem;

- segurança de que não serei identificado (a) e que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas à minha privacidade;
- segurança de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde;
- acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar meu interesse em continuar participando da pesquisa;
- segurança de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à minha participação;
- segurança de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos;
- liberdade de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Eu _____, portador do documento de identidade _____, aceito participar da pesquisa intitulada: “A importância da Educação ambiental para formação do sujeito ecológico”. Fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada, bem como sobre a metodologia que será adotada, sobre os riscos e benefícios envolvidos. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Uso de imagem/gravação. Autorizo o uso de minha voz ou imagens como fotos para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito apresentação para conclusão do curso de LCN para a formanda.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura do (a) participante.

Assinatura do (a) pesquisador(a).

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, poderei consultar:

CEP/IFRS E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000 Telefone: (54) 3449-3340

Orientador responsável: Prof. Dr. Cassiano Pamplona Lisboa

Telefone para contato:

E-mail para contato: cassiano.lisboa@poa.ifrs.edu.br

Apêndice 2

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE
CURSO LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA - BIOLOGIA E QUÍMICA

Roteiro de entrevista para professores:

Nome:

Idade:

Tempo de profissão:

Formação (titulação, tempo total de docência, tempo de docência na escola observada):

Turmas que está atuando:

Educação ambiental e a prática docente na formação do sujeito:

- ❖ Qual a importância da educação ambiental para sua vida profissional?
- ❖ O que o levou a trabalhar a temática ambiente?
- ❖ Como o Sr(a) vê seus alunos no contexto atual em que vivemos a educação ambiental?
- ❖ Quais as contribuições que sua escola faz na formação dos alunos como sujeito ecológico da educação ambiental?
- ❖ Existe outros assuntos que o Sr(a) traria a seus alunos além do currículo sobre educação ambiental? Quais?
- ❖ Quais os objetivos da Educação Ambiental nesses espaços (por que, para que e para quem)?
- ❖ Quais as abordagens que Sr(a) utiliza e temáticas que aborda para alcançar esses objetivos?
- ❖ Como o Sr(a) avalia a prática da Educação Ambiental nas escolas (limites, possibilidades, desafios, diálogo com outros professores)?
- ❖ Sobre sua prática atual, como o Sr(a) avalia a ação (em diferentes aspectos: em relação aos alunos, comunidade, etc.)?

- ❖ Como o Sr(a) vê a educação ambiental nesta comunidade escolar?
- ❖ Quais as contribuições e aprendizado que a comunidade traz na convivência escolar?
- ❖ Que aspectos positivos o Sr(a) poderia citar sobre o aprendizado dos discentes no seu cotidiano?
- ❖ Quais os aspectos negativos ou que o Sr(a) acha que poderia melhorar em projetos para trabalhar no ambiente escolar?